

Sumário

Número de notícias: 16 | Número de veículos: 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

PEC dos Precatórios gera risco de calote para aposentados e educação 3

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Renda em queda ameaça retomada (Editorial) 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

O Brasil na lanterna entre emergentes 8

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

PEC dos Precatórios não abre espaço para reajuste dos servidores 9

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Deputados querem Refis mais amplo 10

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Securitização de dívidas (Cartas de Leitores) 11

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Economistas do "Top 5" veem Selic próxima a 12% 12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Bancos digitais facilitam abertura de contas em moeda estrangeira 13

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Novas regras do PAT podem inibir fraudes sobre benefícios 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Primeiro dia do Enem tem abstenção de 26% 15

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O debate fiscal revisitado - LUIZ CARLOS MENDONÇA DE BARROS 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Índice do BC dá sinal de alerta 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Discurso otimista do governo cai no vazio 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

A não aprovação da PEC dos Precatórios seria uma calamidade? (Artigo) 22

O ESTADO DE S. PAULO - A FUNDO
ECONOMIA

Brasil sente mais o choque nos preços 24

Segunda-Feira, 22 de Novembro de 2021

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

O importante alerta que vem da Europa sobre a pandemia (Editorial)27

PEC dos Precatórios gera risco de calote para aposentados e educação

Eduardo Cucolo

A versão da PEC dos Precatórios aprovada pela Câmara e que tramita atualmente no Senado pode afetar o pagamento de dívidas da União com aposentados e professores, entre outros grupos prejudicados pela regra que institui o calote a dívidas com sentenças judiciais.

Especialistas também afirmam que pequenos credores terão dificuldade em utilizar as alternativas para recebimento desses recursos prevista na proposta. Entre elas, estão quitar débitos parcelados ou inscritos em dívida ativa, pagar outorga, comprar imóvel público, ação de estatal e direito de receitas de petróleo.

Também avaliam que essas opções devem ser uma escolha do credor, e não imposição do Estado.

Atualmente, a Constituição dá prioridade ao pagamento de precatórios alimentares, aqueles decorrentes de decisões da Justiça sobre salários, benefícios previdenciários, indenizações por morte ou invalidez, por exemplo.

Entre os alimentares, são considerados prioritários os pagamentos relacionados a credores com 60 anos ou mais, ou que sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, até o limite de 180 salários mínimos (cerca de R\$ 215 mil em 2022). Estima-se que esse grupo represente entre R\$ 12 bilhões em precatórios no próximo ano.

Os demais de natureza alimentar somariam R\$ 8 bilhões, segundo cálculos da empresa Mercatório com base em informações do Orçamento e do Ministério da Economia.

Também chamada de PEC do Calote, a proposta coloca no meio desses dois grupos -após os alimentares com prioridade e antes dos demais alimentares-, na fila de preferência, os pagamentos relativos ao Fundef/Fundeb (fundos da área de educação), parcelados em três anos. Seriam R\$ 7,2 bilhões para 2022 (95% do valor para estados e o restante para municípios). A maior parte, para Bahia, Pernambuco, Ceará e Amazonas.

No início do mês, a Câmara aprovou projeto que prevê

que recursos de precatórios de Fundef e Fundeb sigam os mesmos critérios de outros fundos de educação e sejam usados para pagar salários de profissionais da área.

O pagamento de qualquer precatório, no entanto, só pode ser feito após descontadas as dívidas com RPVs (requisições de pequeno valor), de até 60 salários mínimos, uma despesa estimada em pelo menos R\$ 20 bilhões no próximo ano. O total pode mudar até o final de 2022, uma vez que essas requisições devem ser pagas em até 60 dias.

Esses valores somam R\$ 47,2 bilhões, montante superior aos R\$ 45 bilhões estimados para o subteto criado pela PEC para pagamento dessas dívidas no próximo ano. Ou seja, por essas estimativas, não seria possível pagar todos os precatórios alimentares, e nenhum precatório não alimentar seria pago em 2022. O valor total de dívidas com sentenças judiciais é estimado em R\$ 89,1 bilhões no próximo ano.

"Esse precatório já expedido e que não entrou [em 2022] vai ser jogado para frente, e não se sabe quando vai ser pago. Os próprios precatórios de natureza alimentícia correm o risco de entrar nessa bola de neve. Para os comuns, o cenário fica pior ainda", afirma Thalles Silva, advogado da área tributária do Kincaid Mendes Vianna Advogados.

"Isso se torna uma bola de neve. A gente estima que em 2027 teria algo em torno de R\$ 500 bilhões para serem pagos em precatórios", afirma Breno Rodrigues, co-fundador e presidente-executivo da Mercatório.

De acordo com uma gestora de recursos, os valores prioritários e as RPVs podem consumir ainda mais espaço no Orçamento de 2022, o que prejudicaria o pagamento integral da primeira parcela do Fundef.

Essa instituição estima que o parcelamento do recurso para educação, previsto para acabar em 2024, se estenda até 2029. Isso ocorre porque o volume de RPVs e de precatórios alimentares têm crescido de forma mais rápida do que a atualização do limite pela **inflação**.

Fernando Zilveti, advogado tributarista e livre docente da USP (Universidade de São Paulo), classifica a postergação desses pagamentos como uma pedalada

fiscal. Segundo ele, o argumento de que apenas grandes credores serão prejudicados não é verdadeiro e o calote deve ser amplo.

"Você está sinalizando um grande calote. Todos os precatórios correm o risco de não serem pagos", afirma. "Isso vai gerar uma grande judicialização. Quem puder pagar advogado vai tentar obrigar o governo a pagar. Quem não puder, vai ficar na fila."

Diego Cherulli, vice-presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), afirma que os grandes credores, principalmente pessoas jurídicas, conseguem utilizar esses precatórios para fazer compensação de valores com **tributos** ou usar uma das opções previstas na PEC, como comprar imóvel público ou direito de receitas de petróleo. Já os pequenos credores terão como alternativas ficar na fila ou vender o papel com deságio.

"Quem vai ter prejuízo são as pessoas que mais precisam, que aguardaram durante anos para receber sua prestação alimentar. Uma espera sem data", diz.

Cherulli afirma ainda que muitos tribunais não aplicam o dispositivo da prioridade para algumas dívidas de natureza alimentar, por falta de regulamentação, o que pode fazer com que algumas dívidas previdenciárias sejam preteridas em favor do Fundef.

A Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados divulgou em agosto estudo que mostra o risco de que as requisições de pequeno valor passem a ocupar todo o espaço no teto para sentenças judiciais de 2028 até 2036, quando será extinto o teto de gasto, o que inviabiliza até o pagamento de precatórios a credores prioritários.

Eduardo Gouvêa, presidente da Comissão de Precatórios da OAB Nacional, afirma que a organização da fila de prioridades após 2022 vai criar um caos administrativo no Judiciário. Um exemplo é a regra que impede a expedição de precatórios enquanto não estiver definido o tamanho das dívidas do Fundef.

"No Fundef, criaram uma fila paralela, e as demais expedições dependem dessa fila. Há a possibilidade de que nenhum juiz possa expedir nada. Tem de ficar esperando autorização, sei lá de quem, porque não existe um órgão que centralize isso no Brasil", afirma Gouvêa.

"Criaram uma ordem que acabou transformado a PEC em algo que é inexecutável do ponto de vista prático."

A comissão apresentou à Câmara algumas das alternativas para uso dos precatórios incorporadas ao

projeto, como compra de imóveis públicos. A ideia era que fossem opções para recebimento dos valores, como já ocorre em alguns estados e municípios, e não uma imposição para quem não quer ficar na fila de espera.

A PEC também prevê que o credor possa receber os valores não pagos ou precatórios não expedidos com 40% de desconto, em favor do governo. Essa despesa está prevista para ficar fora do teto dos precatórios.

Reportagem da Folha mostrou que o deságio na negociação de precatórios federais no setor privado passou de menos de 20% para até 40% após o governo sinalizar o calote.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49737&anchor=6445767&pd=0275146c7503bddfcd5e2c34c8ad0563>

Prioridade para pagamento de dívidas judiciais do governo federal em 2022

Valores (em R\$ bilhões)

RPVs (até 60 salários mínimos)



Precatórios alimentares* para idosos ou portadores de doença grave ou deficiência de até 180 salários mínimos



Precatórios do Fundef (1ª de três parcelas)



Demais precatórios alimentares



Demais precatórios



R\$ 45 bilhões

Limite para pagar precatório e RPV

R\$ 48,2 bilhões

Valor de RPV, precatório alimentar e Fundef parcelado

*Decorrentes de salários, benefícios previdenciários, indenizações por morte ou invalidez etc.

Fontes: Projeções com dados da empresa Mercatório, Ministério da Economia, LOA 2022, Constituição Federal e Câmara dos Deputados

Renda em queda ameaça retomada (Editorial)

Decerto o País voltaria a sorrir, aliviado, se as projeções do governo anunciadas nos últimos dias se concretizassem. Emprego para mais 5 milhões de brasileiros hoje sem ocupação, crescimento econômico acima de 2% em 2022 e "crescimento estrutural" da produtividade estão entre as joias que, segundo um alto funcionário do Ministério da Economia, adornarão o cenário em que os brasileiros voltarão a viver felizes.

Irritantemente, porém, a realidade, continua a empalidecer o quadro de cores vibrantes que o governo insiste em mostrar ao público, na tentativa de convencê-lo da inexcedível competência de um homem público, hoje na Presidência da República, cujo desempenho compromete o presente e o futuro do País.

A **inflação** torna mais pobre quem tem renda, a prometida recuperação é lenta e a combinação de diversos fatores ameaça a atividade econômica em 2022.

Ao contrário do governo, instituições privadas já preveem crescimento pífio do Produto Interno Bruto (**PIB**), de 1% ou menos, no ano que vem.

Quem vive do rendimento do trabalho está vendo sua renda ser lenta, mas sistematicamente corroída pela alta generalizada dos preços. Recomposições salariais dos empregados formais não estão mais nem repondo a **inflação**. A perda de renda real, já observada entre trabalhadores sem carteira assinada, estende-se aos que têm registro. Dúvida sobre o valor exato dos benefícios do Auxílio Brasil, o substituto bolsonarista do Bolsa Família, que começaram a ser pagos no dia 17 de novembro, ameaça o rendimento dos mais pobres, cujo número aumentou.

Falar em recuperação rápida do emprego, da renda e da atividade econômica no momento é escarneçar de milhões de pessoas cuja vida real tem sido sistematicamente apagada dos cenários do governo.

Trabalhadores que mantiveram emprego com carteira assinada durante e depois da fase mais crítica da pandemia de covid-19 certamente estão em situação melhor do que a dos que conseguiram ocupação informal, sem garantias legais e geralmente de remuneração mais baixa, ou a dos que ficaram sem

ocupação. Mas mesmo os empregados formais pagam o preço de uma economia prejudicada por políticas sem rumo do governo Bolsonaro e, agora, pela alta da **inflação**.

O Salariômetro, pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) da Universidade de São Paulo, constatou que o reajuste mediano das negociações coletivas (convenções e acordos coletivos) concluídos em setembro ficou 1,9 ponto porcentual abaixo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE e que baliza as negociações salariais.

É a maior perda real de salário observada em 12 meses. Menos de 10% das 140 negociações fechadas no mês resultaram em algum ganho real para os trabalhadores.

Benefícios que costumam fazer parte desses entendimentos entre empregados e empregadores tiveram seu valor reduzido. O vale-alimentação, cujo valor real mediano chegou a superar R\$ 450 em junho do ano passado, ficou em R\$ 253 nos acordos de setembro.

A redução do rendimento se estende também para outros trabalhadores. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua, do IBGE, o indicador mais amplo e confiável da situação do mercado de trabalho brasileiro, mostrou que o rendimento real habitualmente recebido em todos os trabalhos pelas pessoas ocupadas no trimestre de junho a agosto de 2021 ficou em R\$ 2.489, 4,3% menor do que o do trimestre março-maio e nada menos que 10,2% menor do que o de um ano antes.

A manutenção de altas taxas de desocupação e a renda real em queda fizeram estagnar a massa de rendimento real.

Programas sociais que, em parte do ano passado, contribuíram para reduzir o número de pessoas na faixa de pobreza e evitar queda mais intensa da atividade econômica foram reformulados, sem que seu impacto fosse avaliado.

É difícil imaginar que essa combinação, cujo resultado é perda generalizada de renda, possa estimular o consumo de bens e serviços nos próximos meses. O

quadro, por isso, continua ruim, muito ao contrário do que o governo tenta desenhar.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O Brasil na lanterna entre emergentes

BÁRBARA NASCIMENTO

A economia brasileira deve se ver em posição nada invejável em 2022, pois terá o pior desempenho entre 12 grandes países emergentes, segundo compilação do Estadão/ Broadcast com dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de cinco grandes consultorias e bancos.

As expectativas de Bradesco, Goldman Sachs, Capital Economics, Fitch e Nomura vão de 0,8% a 1,9%. Já o FMI vê avanço de 1,5%, contra média de 5,1% do mundo emergente.

Entre as nações analisadas, os piores desempenhos, após o brasileiro, são de África do Sul (2,2%) e Chile (2,5%).

Essas perspectivas, porém, podem ser consideradas até otimistas, pois a média das expectativas dos economistas do relatório Focus, do BC, está em 0,93% para o **PIB**. E já há bancos, como o Itaú, prevendo até retração de 0,5% no ano que vem.

Economista para emergentes da consultoria britânica Capital Economics, William Jackson diz que essas nações sofreram com a pandemia e a alta de **inflação** e juros. "Mas, no Brasil, tudo isso parece um pouco mais extremo", diz. Jackson cita a exposição da economia brasileira ao consumo chinês e problemas estruturais sérios, como a fragilidade das contas públicas nacionais.

JUROS. Enquanto o Brasil só faz subir a taxa Selic, na Ásia emergente, por exemplo, os bancos centrais têm conseguido segurar o ritmo de elevação nos juros por terem sentido menor impacto da **inflação**. Para a coordenadora do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco, Fabiana D'Atri, há frustração com as reformas e o eventual "furo" do teto de gastos. "O Brasil, relativamente, parece ter recuperação mais modesta", diz, destacando ao menos um ponto positivo: "Temos recuperação importante no mercado de trabalho."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

PEC dos Precatórios não abre espaço para reajuste dos servidores

Vandson Lima

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187068?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187068?page=1§ion=1

Deputados querem Refis mais amplo

Raphael Di Cunto

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187068?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187068?page=1§ion=1

Securitização de dívidas (Cartas de Leitores)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187068?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187068?page=1§ion=1

Economistas do "Top 5" veem Selic próxima a 12%

Victor Rezende e Felipe Saturnino De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187068?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187068?page=1§ion=1

Bancos digitais facilitam abertura de contas em moeda estrangeira

IVAN MARTÍNEZ-VARGAS

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Novas regras do PAT podem inibir fraudes sobre benefícios

Adriana Aguiar De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187068?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187068?page=1§ion=1

Primeiro dia do Enem tem abstenção de 26%



ISRAEL MEDEIROS

Após duas semanas de crise, 26% dos 3,1 milhões de inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem 2021) não fizeram a avaliação de ontem, no primeiro dia das provas, que serão concluídas no próximo domingo. Embora o número de candidatos tenha sido o menor desde 2005, o índice de abstenção foi mais baixo do que o registrado em 2020, de 51,5%. O balanço foi divulgado pelo Ministério da Educação horas após a conclusão dos testes em todo o país.

O Enem 2021 tem sido alvo de críticas e desconfiança por parte de parlamentares e instituições. A debandada de altos servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) ? foram 37 pedidos de exoneração, com acusações de má gestão e interferência indevida no processo de elaboração do exame contra o presidente do órgão, Danilo Dupas ? gerou um clima de insegurança entre educadores e estudantes.

Há acusações de que o governo tem usado diversas estratégias, como a impressão prévia de provas e a análise do banco de questões do Enem por comitês externos ao Inep, para tentar controlar o conteúdo das questões. Na semana passada, o presidente Jair Bolsonaro chegou a afirmar que o Enem começa a "ter a cara" do governo.

A fala do presidente provocou reações. O deputado federal Professor Israel Batista (PV-DF) acionou a Justiça para pedir investigações e criticou a atuação do governo na gestão do exame. "É extremamente preocupante. Me parece que há uma má vontade com o Enem, que é uma política pública de acesso de estudantes carentes ao ensino superior", afirmou.

O deputado faz parte da Frente Parlamentar Mista da Educação, que montou uma "blitz" para acompanhar e

fiscalizar, em tempo real, a aplicação das provas. É a segunda vez que o grupo organiza uma ação desse tipo. O objetivo é receber informações e analisar denúncias do Brasil inteiro sobre o andamento da avaliação. "Queremos evitar intercorrências mais graves durante a prova, para observar como a blogosfera bolsonarista tem agido para atacar a reputação dos servidores públicos do Inep", disse o parlamentar.

Além das polêmicas, esta edição do Enem recebeu o menor número de inscrições dos últimos 16 anos, e também a menor proporção de inscritos pretos, pardos, indígenas e pobres. Para Professor Israel, a situação é reflexo da política pouco inclusiva do presidente Jair Bolsonaro. "O governo não tem feito esforços suficientes para garantir que o Enem seja uma porta de acesso às universidades, especialmente, às populações marginalizadas. Temos o Enem mais branco, mais elitizado e mais desvinculado das escolas públicas", afirmou.

Além dos parlamentares ligados ao tema, os presidentes da Associação dos Servidores do Inep (Assinep), Alexandre Retamal; da União Nacional dos Estudantes (UNE), Bruna Brelaz; e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Rozana Barroso, fizeram parte da ação.

Em coletiva de imprensa, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, disse que o Enem foi um sucesso e rebateu as críticas. "Isso é um absurdo. Quando eu vejo alguns que entraram (na Justiça) para impedir a realização do Enem, eu fico indignado e admirado em ver pessoas que não têm o mínimo de consideração com os milhões de alunos que se prepararam (para as provas)", disse.

Para o ministro, as suspeitas de interferência no exame não têm cabimento. "Tentaram politizar a prova, não houve nenhuma interferência. Talvez, se tivesse interferência, poderia ser que algumas perguntas nem estivessem ali" afirmou o ministro. Depois, tentou se explicar: "Quis salientar que, se dependesse de uma visão de que o governo é radical, existem questões que tocam alguns temas que numa visão mais conservadora são mais caros ao nosso governo". Caíram no teste questões sobre luta de classes, racismo, desigualdade de gênero e temática indígena.

O tema da redação, um dos itens mais aguardados da seleção, foi "Invisibilidade e registro civil: garantia de

acesso à cidadania no Brasil", considerado bom por professores e profissionais da área, por tratar de um tema de importância social.

Insatisfação

Ao lado do ministro, o presidente do Inep, Danilo Dupas Ribeiro, minimizou a debandada dos coordenadores do Enem. "É uma questão interna. Os servidores estão comprometidos em atuar enquanto estão nos seus cargos. Estamos avaliando e os próprios processos já foram respondidos pelos juízes", afirmou.

O ministro da Educação voltou a argumentar que a saída dos servidores do Inep ocorreu por conta de insatisfação com uma gratificação no salário. "Eles colocaram à disposição cargos em comissão. Não temos nenhum demitido. Temos, sim, 37 pedidos para abrir mão de cargos em comissão. E não é só isso. Tem a questão do GECC (Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso) e das diárias." A pedido do Senado, o Tribunal de Contas da União (TCU) vai investigar as causas da recente demissão coletiva no Inep. A associação de servidores do órgão alega que houve interferência do governo na formulação do Enem. A presidência do instituto nega a existência de problemas administrativos.

O debate fiscal revisitado - LUIZ CARLOS MENDONÇA DE BARROS

LUIZ CARLOS MENDONÇA DE BARROS

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187068?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187068?page=1§ion=1

Índice do BC dá sinal de alerta

Correio Braziliense

A queda de 0,14% do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) no terceiro trimestre, divulgada na semana passada, acendeu o sinal de alerta para o risco de recessão ainda em 2021. Como o **PIB** ficou negativo em 0,1% nos três meses anteriores, o país entrará em recessão técnica? que ocorre quando há queda consecutiva em dois trimestres? na contramão do otimismo da equipe econômica.

Devido à deterioração da política fiscal e das perspectivas para a economia brasileira, grandes instituições financeiras, como o Itaú Unibanco, preveem queda de 0,5% no **PIB** de 2022, enquanto as estimativas de crescimento da economia global, pelas projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), é de expansão de 4,7%.

Em 2020, quando o **PIB** brasileiro encolheu 4,1%, a taxa média de queda do **PIB** mundial foi de 3,5%. E o Brasil continua tendo desempenho pior do que a média global, apesar de o ministro da Economia, Paulo Guedes, dizer o contrário. A previsão da equipe econômica para o crescimento do **PIB** deste ano, de 5,2%, está abaixo da média de avanço global, de 5,7%, conforme as projeções do FMI.

Gustavo Cruz, estrategista-chefe da RB Investimentos, reforça que a instabilidade do mercado financeiro é resultado da perda de confiança no governo e da falta de avanços na agenda econômica. "Não tivemos as reformas tributária e administrativa e, agora, surge a discussão de reajuste para servidores. A defesa da responsabilidade fiscal fica cada vez mais distante. Se o Executivo não sinalizar algo nessa direção, não será o Congresso. Em um ano eleitoral, o que não vai faltar é pedido por recursos para bases", lamenta.

"A credibilidade do governo foi sendo perdida ao longo do mandato, e o que se viu foi a concentração de poder no Congresso e um Executivo com dificuldade de propor políticas econômicas que fizessem sentido", avalia Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados. Ele ressalta que esses problemas ficaram mais evidentes neste ano. "O pior é a percepção escancarada de uso da política fiscal com objetivos eleitorais, de forma tão explícita, a ponto de quebrar a regra do teto de gastos, que o próprio ministro dizia ser intocável", afirma. Ele prevê crescimento zero do **PIB** de 2022, e não descarta o risco de uma recessão no próximo ano.

Para os analistas, a agenda liberal prometida por Guedes e Bolsonaro durante a campanha nem saiu do papel. "Bolsonaro nunca foi liberal. Ele é, na essência, um sindicalista. Não há nenhuma surpresa", resume o economista Samuel Pessoa, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV). Para ele, o governo perdeu a condição de tocar políticas econômicas com efeito de longo prazo, e isso está se refletindo no mercado.

Na avaliação de Pessoa, um ponto positivo foi o avanço das concessões em infraestrutura, uma agenda iniciada no governo Dilma Rousseff (PT) e que ganhou corpo no governo Michel **Temer** (MDB). "A continuidade dessa agenda merece ser aplaudida. Mas, de resto, não teve quase nada. A reforma da Previdência só avançou graças ao Rodrigo Maia (ex-presidente da Câmara), que usou todo o capital político que tinha para aprovar", afirma.

Discurso otimista do governo cai no vazio

ROSANA HESSEL

O discurso otimista do ministro Paulo Guedes insistindo que o Brasil está decolando e vai crescer forte no ano que vem, quando as previsões do mercado apontam para estagnação ou mesmo recessão, não se sustenta, de acordo com especialistas heterodoxos e ortodoxos em teoria econômica. Para eles, está cada vez mais difícil acreditar nas promessas de Guedes e do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) de que existe compromisso com a responsabilidade fiscal ou que o Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro vai crescer acima da média global. Como consequência, a Bolsa de Valores cai, o dólar sobe e os juros futuros disparam.

A gota d'água foi a polêmica PEC dos Precatórios que, além de dar calote em dívidas judiciais, rompe a regra do teto de gastos? única âncora fiscal vigente. A PEC busca criar uma folga de quase R\$ 100 bilhões para a ganância do governo. O valor fica muito acima dos R\$ 50 bilhões necessários para que o Auxílio Brasil, programa que substitui o Bolsa Família, pague um benefício mensal de R\$ 400 para 17 milhões de famílias no próximo ano, conforme prometido por Bolsonaro. Para analistas, o principal motivo da manobra contábil é eleitoreiro.

projeções **PIB** do governo (foto: BC/D.A Press)
Refletindo a piora fiscal, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) acumula desvalorização de 13,4% no ano, mas, desde setembro, as quedas mensais estão acima de 6%. O dólar voltou a um patamar acima de R\$ 5,50 e o real, desde o início do governo Bolsonaro, é uma das moedas emergentes que mais perdem valor. Analistas lembram, ainda, que as estimativas para a taxa básica de juros (Selic), atualmente em 7,75% ao ano, já passaram para 11% a 12% para o fim do ciclo de alta, na melhor das hipóteses, porque sobrou para o Banco Central a tarefa de usar a política monetária para controlar a **inflação**, uma vez que não há política fiscal. Com juros de dois dígitos no ano que vem, especialistas não têm dúvida de que será muito difícil para o **PIB** crescer.

"Guedes está em uma realidade paralela. A situação é muito desanimadora para o Brasil. A renda per capita não vai crescer, e tudo indica que o país está caminhando para uma estagnação no próximo ano", destaca Mailson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda do governo José Sarney (MDB), e sócio da Tendências Consultoria.

A Tendências acaba de revisar de 1,8% para 0,5% a previsão de crescimento do **PIB** brasileiro no ano que vem, enquanto a nova estimativa da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia é de um avanço de 2,1%. "Um dos cenários mais otimistas do mercado, hoje, é o do FMI, que prevê crescimento de 1,5% em 2022. Mas essa projeção foi feita bem antes das manobras fiscais do governo que geraram toda a instabilidade recente no mercado", diz Mailson. Para ele, ao condicionar à aprovação da PEC o pagamento mensal de R\$ 400 com o programa Auxílio Brasil, o governo acirra as pressões inflacionárias, levando o benefício a ser corroído pela alta do custo de vida. "O governo está tentando dar com uma mão e tirar com a outra", complementa.

O economista-chefe do banco Haitong no Brasil, Marcos Ross, passou a prever queda de 0,3% do **PIB** brasileiro em 2022 e não poupa críticas ao discurso desconexo de Guedes, que chama as projeções pessimistas dos grandes bancos de "conversinha" baseada em "variáveis fictícias".

"O governo vem divulgando projeções econômicas irrealistas há algum tempo", afirma Marcos Ross. "Apenas para citar alguns exemplos, o Executivo vem projetando um cenário com **inflação** sistematicamente mais baixa, que tem impacto na composição do Orçamento, e crescimento econômico sistematicamente mais alto, afetando a formação de expectativas entre os agentes econômicos." Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust, lembra que não há perspectivas positivas para a economia em 2022, especialmente, porque o cenário externo não será favorável para países emergentes, como o Brasil, diante da perspectiva de alta dos juros norte-americanos no ano que vem. Saiba Mais Brasil Confira gabarito extraoficial do primeiro dia de provas do Enem 2021 Cidades DF Em operação no final de semana no DF, PRF prende 21 pessoas em rodovias Diversão e Arte Dois anos após a morte, Rose Miriam e Thiago Salvático homenageiam Gugu Diversão e Arte Mulher de Liminha acusa Nadja Pessoa de dar "cantada" no marido

Crítica à visão liberal

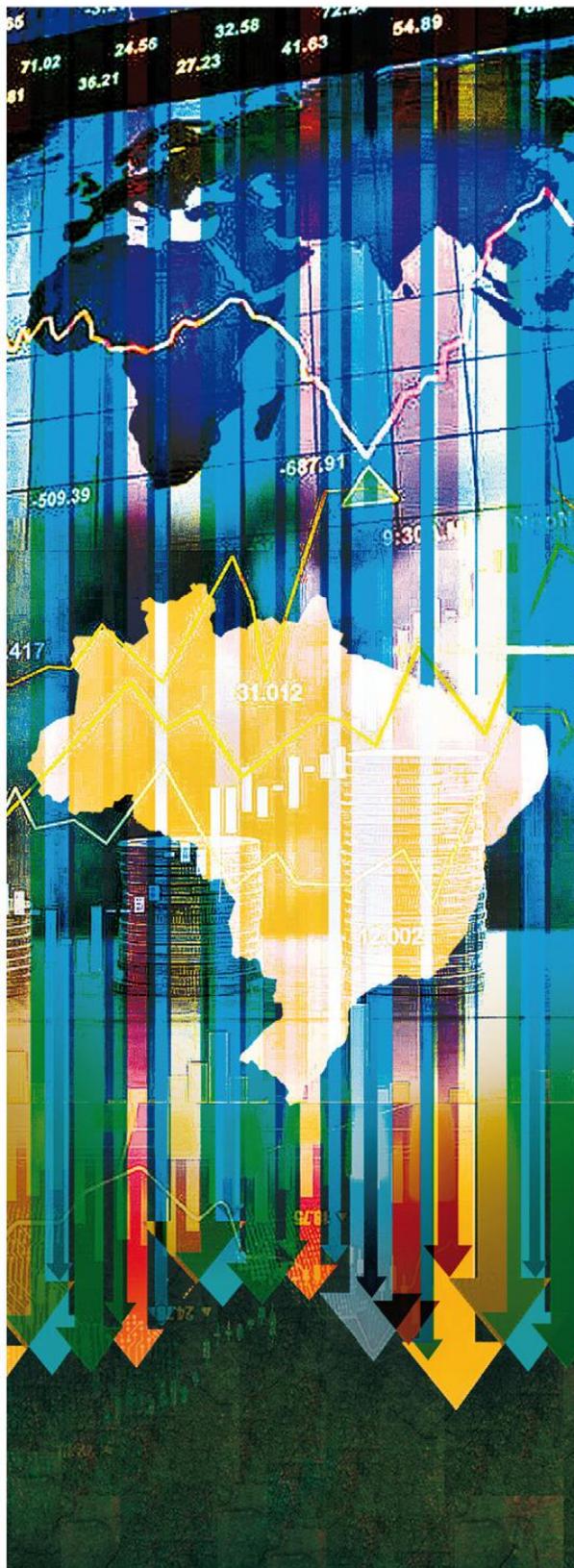
O economista Luiz Gonzaga Belluzzo, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), uma das referências entre os heterodoxos e grande crítico da agenda liberal, não poupa críticas nem ao governo nem aos economistas do mercado.

Segundo ele, o conceito de teto de gastos, que está no centro da polêmica da PEC dos Precatórios, é uma narrativa da agenda liberal totalmente desconectada de como funciona uma economia capitalista. "É tudo uma maluquice. Temos uma **inflação** alta no Brasil e no resto do mundo, e ela é interpretada como temporária por ser essencialmente por choque de oferta", afirma. "O choque de petróleo é responsável por uma parcela elevada da **inflação**, que não faz sentido em um país que tem autossuficiência na produção, mas não tem um fundo soberano para controlar as flutuações de preços, como faz a Noruega", explica.

Belluzzo avalia que o discurso do mercado de que o descontrole fiscal está relacionado com a ideia de romper o teto de gastos é "coisa de hospício", porque, nas crises, o Estado é quem socorre empresas e bancos, como ocorreu em 2009 e, agora, durante a pandemia. "A economia de mercado não pode ser enclausurada em uma caixinha como a regra do teto, uma vez que é instável e tende a flutuar." O professor ressalta a importância das ideias da escola keynesiana, que acaba sendo a cartilha dos países nos momentos de crise. "O mercado não resolve nada sozinho. Muitos operadores repetem certos chavões e não têm noção de como funciona a economia no conjunto. O mercado depende do Estado, e a dívida pública de um país é necessária para ajudar a precificação dos títulos privados", afirma Belluzzo.

Discrepância

Previsões otimistas do governo para o PIB destoam das recentes projeções do mercado, que pioram com a deterioração das perspectivas



Previsões para o PIB brasileiro (Variação em %)

Instituição	2021	2022
FMI	5,2	1,5
Ministério da Economia/SPE	5,1	2,1
Bradesco	5,2	0,8
Tendências Consultoria	5,0	0,8
Banco Alfa	5,0	0,5
Itaú Unibanco	5,0	-0,5
Focus	4,8	0,9
MB Associados	4,7	0,0
Banco Haitong	4,2	-0,3

Números

10,67%

Alta acumulada do IPCA em 12 meses encerrados em outubro

11% a 12%

Previsão dos analistas para a taxa Selic no início de 2022

Choque de realidade (Desempenho da B3)

Período	Pontos	Variação no ano (em%)
2019	115.645	31,6
2020	119.017	2,9
2021*	103.035	-13,43

*até 19/11

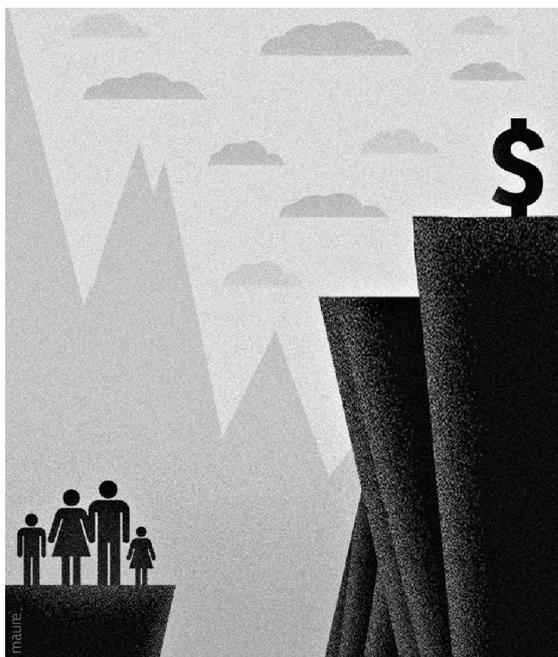
Moeda fraca

Veja as maiores desvalorizações desde 2019 levantadas pela RB Investimentos

Divisa	Variação (em %)
Peso argentino	-62,51
Lira turca	-52,84
Real	-29,99
Peso colombiano	-17,32
Peso chileno	-16,72
Sol peruano	-16,35
Florim húngaro	-13,70
Zloty polonês	-9,74

Fontes: Entidades e instituições financeiras. B3

A não aprovação da PEC dos Precatórios seria uma calamidade? (Artigo)



JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY Ex-ministro da Fazenda, engenheiro civil e doutor em economia

O financiamento de um Auxílio Brasil suscitou preocupações fiscais desde cedo, refletidas na sugestão inicial do Ministério da Economia de financiá-lo extinguindo o abono salarial, o que foi, liminarmente, rejeitado pelo presidente. A preferência por se criar um novo programa ao invés de construir sobre os alicerces do Bolsa Família criou a percepção da necessidade de receitas permanentes novas para não afrontar a LRF, o que levou à tentativa frustrada de tributação dos dividendos.

A preocupação do novo programa caber no teto do gasto estabelecido pela Emenda Constitucional nº 95 não era grande inicialmente, pela expectativa de que a queda da **inflação** em 2021 criaria uma folga no orçamento de 2022 em que o Auxílio Brasil se encaixaria. Infelizmente, a **inflação** alta persistiu, o que desencadeou uma busca de soluções fora do teto.

A comunicação pelo Supremo Tribunal Federal (STF) de que os precatórios a serem pagos em 2022 somavam R\$ 89 bilhões e não os R\$ 50 bilhões previstos pelo governo intensificou aquela busca, estimulando o governo a aproveitar eventual brecha para criar um complemento temporário ao novel Auxílio Brasil. O resultado foi a PEC 23, que também permitia garantir recursos novos para emendas no

Orçamento de 2022.

A PEC, atualmente, prevê a limitação dos precatórios a serem pagos em 2022, deixando cerca de R\$ 50 bilhões para anos seguintes, e uma mudança do cálculo do teto. Essa mudança tornou a **inflação** aliada da expansão fiscal, abrindo R\$ 67 bilhões para novos gastos. Com isso, foram acomodadas a extensão da desoneração da folha e uma lista de despesas novas e não relacionadas à covid.

A PEC causou preocupação pela facilidade de se contornar o Teto e por poder gerar grande acúmulo de precatórios não pagos. Se a **inflação** de 2022 for 5%, só caberiam R\$ 45 bilhões de precatórios no Teto em 2032, o que não cobriria sequer os restos de 2022. As inovações para facilitar a monetização dos precatórios fora do teto também pode trazer apreensão. As preocupações com os efeitos da PEC se traduziram na queda de 15% da bolsa e quase 10% de subida do dólar desde agosto.

E se a PEC não for aprovada no Senado? Nesse caso, o governo ainda tem alternativas para atender as necessidades urgentes dos mais vulneráveis diante de um resultado inesperado. Sem ruptura fiscal, ele pode abrir um crédito extraordinário para o pagamento do sucessor do Bolsa Família.

O Congresso poderá amparar a MP com o crédito extraordinário decretando estado de calamidade pública até meados de 2022. Ou simplesmente ignorá-la, como fez com a MP 1044/2021, que abriu espaço para auxílios emergências no começo do ano, sem objeções do TCU. Os benefícios em ambos os casos podem alcançar outros além dos assistidos pelo Bolsa Família, talvez em valor menor que os R\$400 almejados pelo governo. Isso facilitaria superar os efeitos da covid, calamitosos para muitos indivíduos enquanto a economia não se restabelecer plenamente.

O custo dessas alternativas à PEC poderia ser de até R\$ 40 bilhões fora do teto original, mas traria menor prejuízo fiscal agora e menos problemas em 2023. Esse cenário permitiria, com algum esforço, o pagamento integral dos precatórios, talvez deixando pouco espaço para emendas parlamentares e várias despesas que vêm aparecendo depois da **inflação** ter se tornado uma aliada da ampliação do gasto. Ele também seria compatível com a melhora do câmbio, o

que ajudaria no combate à **inflação** e daria alento à atividade econômica, sem grande prejuízo à popularidade do governo.

O estado de calamidade pública, se decretado, comporta riscos de derrapagem fiscal. Mas ele poderia mostrar o valor do protocolo desenhado pelo Ministério da Economia em 2021 e incluído com grande custo na EC 109. Esse protocolo inclui algumas restrições a aumentos salariais do funcionalismo da União, estados e municípios. Essa "trava" a um aumento permanente de despesa pode ser oportuna, dada a atual folga de caixa dos entes subnacionais, onde a questão da folha de pagamentos é até mais grave do que na União.

A não aprovação da PEC 23 pode ser uma boa notícia para os mercados, mesmo que traga alguma incerteza no curtíssimo prazo. O governo pode responder à preservação dos atuais dispositivos da Constituição com ações bem delimitadas, protegendo os brasileiros mais vulneráveis e a adimplência da União, fortalecendo a confecção e execução transparente do Orçamento, e também ajudando na urgente tarefa de recuperação da economia.

JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY Ex-ministro da Fazenda, engenheiro civil e doutor em economia

Brasil sente mais o choque nos preços

VINICIUS NEDER

Dados da **inflação** de outubro em vários países deixam claro que o problema é global. Efeitos colaterais da covid-19 sobre a economia, combinados com choques climáticos e tecnológicos explicam o quadro, segundo economistas ouvidos pelo Estadão.

No Brasil, porém, as remarcações de preços são mais frenéticas - é um problema histórico da economia nacional, agravado agora pela taxa de câmbio e pela crise hídrica. Só que, desta vez, até americanos e europeus, acostumados com uma **inflação** baixíssima há décadas, têm motivos para preocupação.

A **inflação** em 12 meses nos Estados Unidos é a maior desde 1990. No Reino Unido, a maior desde novembro de 2011. Na zona do euro, a maior em 13 anos.

Ainda assim, o Brasil se destaca e integra o pequeno grupo das nações com **inflação** acumulada em 12 meses acima de dois dígitos, como mostra uma compilação do Banco de Compensações Internacionais (BIS, que é uma espécie de "banco central dos bancos centrais").

Com taxa de 10,7%, o País está no time da Argentina, com 51,7% em um ano até setembro, e da Turquia, com 19,6%, no mesmo período.

Em quase todos os países, a **inflação** acelerada se deve a uma combinação "atípica", "inédita" e "exótica", dizem economistas. Muitos desses choques estão relacionados à covid-19, outros já vinham de antes, e podem ter sido acelerados ou potencializados pela pandemia. O que chama a atenção é o fato de todos ocorrerem ao mesmo tempo.

Choques são vilões contumazes da **inflação**. Em condições normais, a dinâmica de preços é marcada pela relação entre oferta e demanda. Quando a segunda varia em ritmo mais rápido do que a primeira, os preços sobem, e vice-versa - justamente por isso, a política monetária de vários países atua para aquecer ou esfriar a demanda, de olho no controle da **inflação**. Nas crises, esse equilíbrio pode ser desbalanceado repentinamente se uma seca ou uma praga derrubar a oferta de determinado produto agrícola. Ou se demissões em massa afundarem a capacidade de consumo das famílias, no lado da demanda.

CHOQUES SIMULTÂNEOS. Ao se espalhar

rapidamente pelo mundo, a covid-19 provocou, ao mesmo tempo, choques de demanda - famílias em casa, com a renda comprometida, consumiram menos - e de oferta, com fábricas que pararam e negócios como bares, restaurantes e salões de beleza fechados.

Nos primeiros meses da pandemia, a recessão segurou a **inflação**. A partir de meados do ano passado, a recuperação começou. Os choques seguiram atuando e se tornaram inflacionários.

Do lado da oferta, a indústria enfrenta gargalos em suas cadeias, com problemas no transporte marítimo e escassez de insumos. Do lado da demanda, medidas de transferência de renda, com recursos públicos, adotadas por diversos países para mitigar a crise, impulsionaram o consumo, especialmente de bens e de comida, pois as famílias vinham restringindo gastos com serviços por causa da covid-19.

"Países mais ricos, com grana no cofre, socorreram a economia com dinheiro. Essa ajuda aqueceu a economia", diz André Braz, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV).

O economista Luiz Roberto Cunha, professor da PUC-Rio, destaca que os choques de oferta e demanda foram simultâneos em praticamente todos os países, tanto na recessão quanto na retomada. "Nunca teve essa recuperação concentrada ao mesmo tempo", afirma Cunha.

Esse desequilíbrio entre oferta e demanda espalhou a **inflação**, mas, para Carlos Thadeu de Freitas Filho, economista sênior da gestora de recursos Asset 1, a culpa não é só da pandemia. Os choques da covid-19 se juntaram a outros, que já vinham de antes.

É o caso da demanda por microchips - com o avanço tecnológico, todos os produtos, de carros a geladeiras, já vinham usando cada vez mais essas peças.

Outra questão é a demanda da China por carnes e outros alimentos - cujo avanço passa pela transição no modelo econômico chinês, que pretende trocar de motor, de investimentos em infraestrutura para o consumo.

Freitas Filho cita também a transição global para uma economia de baixo carbono. A necessidade de abandonar fontes de combustível fóssil restringe

investimentos na produção de petróleo, gás e carvão, diminuindo a perspectiva de oferta de curto prazo dessas matérias-primas, o que pressiona preços para cima. Nos Estados Unidos, os preços da energia ao consumidor sobem 30% em 12 meses. Combustíveis, eletricidade e calefação são vilões da **inflação**.

CRISE HÍDRICA. Combustíveis, gás de cozinha e conta de luz também são vilões por aqui, mas, no caso da eletricidade, há uma especificidade. A maior estiagem em décadas levou os reservatórios das usinas hidrelétricas - principal fonte de energia elétrica do País - aos níveis mínimos da história, exigindo o acionamento de usinas térmicas. Movidas a gás natural, óleo combustível ou carvão, elas têm custo maior. As regras do setor elétrico repassam esse custo a mais para a conta de luz.

Para Freitas Filho, a seca é mais um choque coincidente, que vinha de antes da pandemia.

Desde 2019, o clima está mais seco no Brasil por causa da Oscilação Decenal do Pacífico (PDO, na sigla em inglês, definido como um ciclo prolongado de El-Niño). Segundo o economista, já havia alertas de menos chuvas para abastecer as hidrelétricas e, por isso, houve "má gestão" das autoridades do setor ao encarar o problema.

A situação pode se arrastar por anos - por isso, é cedo para comemorar o bom volume de chuvas desde outubro.

DÓLAR. A taxa de câmbio - outra particularidade que agrava a **inflação** no Brasil, ao encarecer importados em geral e **matérias-primas** exportadas - também está com comportamento atípico, dizem economistas.

Tradicionalmente, nos países exportadores de matérias-primas, as cotações do dólar andam de forma inversamente proporcional aos preços das commodities. Nos mercados globais, quando sobem os preços das matérias-primas, o dólar cai perante as moedas dos exportadores.

Na crise da pandemia, as cotações das commodities vêm em forte alta desde meados do ano passado, mas o dólar não para de subir ante o real. Alguns economistas já ressaltaram que isso tem ocorrido em outros países, mas muitos apontam para um descolamento maior no caso do Brasil. A alta simultânea de dólar e preço de commodities faz explodir os preços da gasolina e de alguns alimentos.

Com o impulso dado às exportações brasileiras pelas cotações em alta, a taxa de câmbio deveria estar abaixo da atual. Para explicar o dólar alto, economistas citam as perspectivas de aumento no

desequilíbrio das contas do governo, as incertezas políticas e o descontrole no enfrentamento da pandemia.

Diante do ineditismo da combinação de choques que causam **inflação** no mundo todo, as dúvidas recaem sobre a duração do fenômeno. Autoridades dos bancos centrais dos Estados Unidos e da Europa têm repetido que a carestia tem data para acabar, quando os gargalos associados à covid-19 se dissiparem, mas economistas do setor privado e da academia lançam dúvidas sobre isso. Uma das incógnitas são os efeitos no mercado de trabalho. Uma elevação permanente de salários poderá realimentar a **inflação**.

No Brasil, o mercado de trabalho segue com indicadores ruins, mas os problemas não parecem de rápida solução, com a estiagem e o câmbio no radar. "Vamos entrar em campanha eleitoral", lembra Braz, do Ibre/FGV.

Descontrole

30% foi a alta nos preços da energia para o consumidor americano nos últimos 12 meses

30 anos é o tempo que fazia que a **inflação** dos Estados Unidos não atingia um índice tão elevado

Preços em alta

Choques por trás do cenário global

- Pandemia A covid-19 causou choques de demanda (famílias em casa consumiram menos) e de oferta (fábricas, bares e restaurantes fecharam). Na retomada, os choques se tornaram inflacionários

- Choques e mais choques Há outros choques. Os microchips, hoje em falta, já vinham com demanda crescente, por causa do avanço tecnológico; a alta da demanda da China por alimentos é estrutural; e a transição para a economia de baixo carbono encarece a energia

- Seca no Brasil A estiagem esvaziou os reservatórios das hidrelétricas, exigindo o uso de usinas térmicas, mais caras, o que encarece a conta de luz

- Dólar no Brasil A alta do dólar agrava a **inflação** nacional, porque encarece importados e **matérias-primas** exportadas. Para economistas, o dólar está acima do que deveria, por causa do desequilíbrio das contas do governo e da política

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O importante alerta que vem da Europa sobre a pandemia (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187068?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187068?page=1§ion=1